

Marina Cápua Nunes

Fernanda Gabriela Dias da Silva

Maria José Franco Santana

Angela Maria Franco

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 08: Ensino de sociologia nas modalidades diferenciadas de ensino

RELATOS DE EXPERIÊNCIA SOBRE MODALIDADES DIFERENCIADAS DE  
ENSINO: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Belém, Pará

2021

## INTRODUÇÃO

Por meio da disciplina de instrumentos de licenciatura em sociologia nos deparamos com a tematização das modalidades diferenciadas de ensino e como a sociologia poderia ser uma contribuição aos direitos de determinadas populações. Neste trabalho vamos ampliar esta perspectiva para a contribuição e intervenção que as instituições de ensino superior fazem pela Educação Quilombola em intersecção com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Neste artigo, mais especificamente, vamos apresentar os desdobramentos de ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na Comunidade Quilombola “Colônia do Paiol” localizada no município de Bias Fortes/ MG. Esta apresentação se dará por meio de um diálogo entre mulheres que são lideranças da comunidade citada com alunas da licenciatura de Ciências Sociais da UFJF.

Por nossas experiências relacionadas à EJA e à Educação Quilombola nosso objetivo principal é argumentar sobre o papel da Universidade Pública no ensino básico tanto em relação à formação das licenciaturas quanto na formação continuada de professores em diálogo com as comunidades quilombolas. Pois enquanto modalidades diferenciadas de ensino, como argumentam Martins e Fraga (2015), visam atender populações vulneráveis na ampliação de seus direitos via redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2007) e, assim, formalizar a educação como direito.

No diálogo que propomos, portanto, estamos em conversa primeiro por meio dos relatos Zezé e de Angela que falam sobre seus percursos formativos desde a Educação Básica até o ensino superior e sobre o impacto das ações da UFJF em suas vidas pessoais e da Comunidade Quilombola Colônia do Paiol, localizada no município de Bias Fortes/MG. Posteriormente a Marina nos comunica sobre como sua atuação foi facilitada pelo intercâmbio de ações desta mesma universidade como professora de História em uma escola que atende alunas e alunos daquela comunidade. Depois Fernanda nos coloca a pensar da pertinência de incluir as modalidades diferenciadas de ensino na formação de professores de sociologia. E de uma forma geral trataremos das particularidades desta disciplina, a Sociologia, que impactam – intermediadas pela atuação de profissional de licenciados em sociologia – no percurso formativo de nossas alunas e alunos no Ensino

Básico público, em especial na EJA em relação a redistribuição e reconhecimento e, portanto, a necessidade da defesa deste componente curricular nesta etapa do ensino.

## EDUCAÇÃO COMO RECONHECIMENTO

A educação brasileira por lei já se destina a ações de garantia e ampliação de direitos sociais. Especificamente em relação à educação básica visa afirmar uma formação cidadã e para o mercado de trabalho. Sob esta perspectiva Martins e Fraga (2015) se propõem a refletir sobre a manifestação da educação formal nas modalidades diferenciadas de ensino. Mais especificamente estes autores buscam responder como o ensino de sociologia na educação básica – a partir de sua metodologia e seu conteúdo programático – pode contribuir para reforçar a institucionalização de direitos de atores e grupos que possuem vulnerabilidades sociais que são atendidos por tais modalidades.

Para tanto vamos trabalhar neste artigo duas dimensões: a formação de licenciatura de ciências sociais e a formação continuada por meio de Projetos de Extensão concebidas no âmbito da UFJF. Ambas atravessam a trajetória das autoras deste artigo tanto no percurso formativo quanto na profissionalização. Portanto estas duas dimensões serão trabalhadas em formato de relato de experiência com a apresentação de quatro perspectivas sobre a intersecção de duas entre as modalidades diferenciadas de ensino, a EJA e a Educação Quilombola. Utilizaremos dos desdobramentos da argumentação teórica destes autores, Martins e Fraga (2015), que dialogam com as elaborações de reconhecimento e redistribuição de Fraser (2007) para lançar luz sobre a contribuição que instituições de ensino superior podem fornecer com a finalidade de reforçar a institucionalização de direitos de atores e grupos que possuem vulnerabilidades sociais que são atendidos pelas modalidades diferenciadas de ensino da EJA e da Educação Quilombola.

Demonstraremos as possibilidades de redução de desigualdades que estas duas dimensões suscitam, somadas a ações práticas pedagógicas que se constituíram a partir de demandas da Comunidade Quilombola “Colônia do Paiol” para a garantia de acesso, inclusão e permanência no ensino, reafirmando assim a educação como um bem público:

poderíamos alocar essa análise na referência analítica da teoria do reconhecimento, considerando a educação escolar como dispositivo de redistribuição, que se manifesta a partir de uma alocação mais justa dos

recursos e bens na sociedade para todos, inclusive dessas minorias socioculturais que a acessam. (MARTINS & FRAGA, 2015, p. 269).

O *modelo de status* Nancy Fraser (2007) para a compreensão das políticas de reconhecimento as coloca em diálogo com as políticas de redistribuição ou seja, o não reconhecimento “é quando as instituições estruturam a interação social de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação” (FRASER, 2007, p. 108). Assim uma das maneiras de atuação da Universidade Pública é reivindicar o reconhecimento de sujeitos subordinados tornando-os um parceiro integral na vida social os tornando capazes de interagir em condições de paridade. Ou ainda em paráfrase direta de Fraser (2007) buscar “desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p. 109).

O debate levantado por Martins e Fraga (2015) sobre a EJA parte da concepção de que se trata de suprir a “dívida secular para com aqueles privados do acesso à educação escolar na idade própria” (MARTINS & FRAGA, 2015, p. 272), buscando levantar questões sobre como a população jovem e adulta ficou por tanto tempo desamparada e excluída da sociedade e sem acesso aos serviços que fazem parte dos direitos de todo cidadão. A modalidade ensino, Educação de Jovens e Adultos tem como principal objetivo, segundo Brasil (2013) a tentativa de romper com o ciclo do ensino regular para crianças e adolescentes, buscando auxiliar o caminho individualizado e prevendo uma nova adequação da grade curricular, mediante apoio individual e com atividades diversificadas e dinâmicas.

E sobre a Educação Quilombola Martins e Fraga (2015) falam da necessidade de que o ensino de sociologia assuma um pressuposto metodológico interventivo dada a precariedade destas comunidades, mas principalmente por que há uma percepção estigmatizada do imaginário social sobre estas populações e grupamentos.

## **RELATOS DE RESISTÊNCIA CRIATIVA**

Neste momento vamos trazer nossos relatos de experiência para dialogar reflexões que nos propusemos sobre o campo de ação da formação e do ensino de sociologia para as Modalidades Diferenciadas de Ensino. Para tanto consideramos nossas vivências

profissionais. Saliento a necessidade de que abrimos espaço para as trajetórias de vida e percurso formativo nos relatos<sup>1</sup> de Zezé e Angela, para que tenhamos dimensão do impacto da atuação da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da comunidade quilombola destas duas mulheres, quando falamos de Educação Quilombola e Educação de Jovens e Adultos.

### **A formação de lideranças quilombolas: Zezé e Angela**

#### *Zezé*

As dificuldades do acesso à educação no passado é que levaram algumas mulheres da comunidade a ingressarem hoje na EJA, cito algumas delas: dificuldade para comprar o material e transporte para ter acesso à escola na cidade. Quando terminava o quinto ano tinha que ir a pé até a cidade para estudar. Quando terminei o quinto ano, antiga quarta série, tive que parar de estudar aos 11 anos porque tinha que ir a pé para estudar na cidade e minha mãe não deixou.

Ingressei na quinta série aos 17 anos. Minha irmã relata que quando trabalhou em Juiz de Fora procurou uma escola para estudar e eles falaram que não tinha vaga para empregada doméstica. Com essa oportunidade da EJA as mulheres da comunidade sonham com dias melhores. Para que eu e a Angela pudéssemos estudar, foi uma luta. Enfrentamos enchente e horas de caminhada.

Quanto ao ingresso na faculdade eu e a Angela ficamos sabendo no último dia de inscrição através da minha sobrinha. E ela ficou sabendo da faculdade no aviso na igreja no dia da sua formatura de oitava série. Mais uma vez eu e a Angela fomos a pé enfrentando enchente para fazermos nossa inscrição. E, em 2011, nós formamos pela ULBRA<sup>2</sup>, em uma turma de 22 alunos, com apenas duas negras: eu e Angela.”

A Comunidade Quilombola “Colônia do Paiol”, minha comunidade, começou a se relacionar com a UFJF por volta de 2011 através do Prof. Leonardo Carneiro do departamento de Geografia para trazer estudantes para a realização de pesquisa de

---

<sup>1</sup> Por conta do contexto de pandemia os relatos foram produzidos por estas duas co-autoras quilombolas e foram enviados por meio de áudio pelo aplicativo de whatsapp e foram transcritos e revisados pela autora principal.

<sup>2</sup> Universidade Luterana do Brasil.

trabalho de campo. Ele veio através da Carla Águas que conhecia a comunidade por meio do Pe. Djalma<sup>3</sup>. Sendo assim começamos a ter parceria como projeto Kizomba Namata<sup>4</sup> organizado pelo NUGEA (Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação) e, por isso, além de receber estudantes na nossa comunidade, também passamos a participar de encontros na própria UFJF na cidade de Juiz de Fora.

Por meio desta relação passamos a saber mais sobre as políticas públicas para comunidades quilombolas e também passamos a realizar diálogos de saberes sobre a nossa história de vida e aprendemos muito nessas conversas. Assim com esse contato com os professores conseguimos a DAP<sup>5</sup> Quilombola, uma das políticas públicas que corríamos atrás. Esta em específico nos dava direito de comercializar nossos produtos agrícolas inclusive ter prioridade nas chamadas públicas para concorrer a licitações de merenda escolar.

Conseguimos na época entrar em contato com várias esferas do governo federal e estadual como a coordenadora da EMATER<sup>6</sup> que resultou em um trabalho na comunidade junto à juventude, em que alguns jovens participaram em um encontro estadual em Belo Horizonte. E desde então passaram a acontecer oficinas na comunidade “De mulher para mulher”, para tratar de saúde e para conversar. Houve uma parceria com a Escola de nossa comunidade com a UFJF para o “Dia da Família na Escola”, momento rico para o fortalecer o vínculo da comunidade com a Escola.

Ainda, graças a estes diálogos com a UFJF, soubemos da possibilidade de transformar a escola municipal de nossa comunidade em Escola Quilombola. Assim começamos a buscar diálogo com a prefeitura de Bias Fortes e nos organizar junto com o pesquisador Guilherme Goretti<sup>7</sup>, aluno do Prof. Leonardo. Desta parceria surgiu um Projeto de Extensão “O Ensinar e o Aprender em Comunidades Negras: Implantação da

---

<sup>3</sup> Religioso que realizou uma pesquisa de doutorado sobre a comunidade e quem primeiramente colaborou para seu reconhecimento como quilombo ver SILVA, Djalma Antônio da. O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2005.

<sup>4</sup> Cujos primeiros encontros reuniram seis comunidades participantes: Botafogo (Município de Tabuleiro), Colônia do Paiol (Município de Bias Fortes), São Bento e São Sebastião da Boa Vista (Município de Santos Dumont), São Pedro de Cima (Município de Divino), além da comunidade de São José como convidada especial vindo do Estado do Rio de Janeiro (Município de Conservatória, RJ). Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/eventos/i-kizomba-namata/>. Acesso em: 17 de junho 2021.

<sup>5</sup> Declaração de Aptidão ao Pronaf.

<sup>6</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

<sup>7</sup> RODRIGUES, Guilherme Goretti. A Educação Quilombola na comunidade Colônia do Paiol – Bias Fortes (MG). Dissertação de mestrado: UFJF, 2017.

Educação Escolar Quilombola em Colônia do Paiol - Bias Fortes” que passou a ser coordenado pela Prof<sup>a</sup> Carolina dos Santos Bezerra Perez tendo como vice-coordenador o próprio Prof. Leonardo Carneiro e demais colaboradores, e dentre os voluntários a Prof<sup>a</sup> Marina Cápua, que também escreve este artigo comigo. A partir disto foi realizado um diagnóstico cultural com a comunidade para que ela dissesse o que gostaria que fosse trabalhado na escola para elaborarmos o Projeto Político Pedagógico de nossa escola da Colônia. Agora estamos na fase de fechamento deste documento para ser entregue na Secretaria de Educação Municipal para realizar esta nossa vontade.

A relação com a UFJF intermediada pelo NUGEA por meio da coordenação do Prof. Leonardo Carneiro ainda promoveu o “Curso de Saberes Tradicionais”, cuja necessidade partiu de uma violência cometida contra um jovem da nossa comunidade quilombola na escola estadual que fica na cidade de Bias Fortes. Houve a revolta de alunos quilombolas quando observaram que a escola ofereceu um tratamento diferente a este caso em específico em comparação a situações semelhantes com alunos não quilombolas. Diante do relato dos jovens da comunidade solicitamos uma reunião com a diretora da época e foi constatado e reconhecido que houve racismo. Então a escola passou a aderir a propostas de combate ao racismo e como eu trabalhava na escola na época no projeto “Mais Educação” promovi uma oficina de bonecas negras. E também foi sendo desenvolvido um outro olhar da comunidade escolar para a cultura negra. Muitos relataram que estavam modificando a opinião, aprendendo a lidar. Inclusive na época de minha formação quando eu ia aplicar algum projeto nas escolas, algumas professoras vinham até mim e diziam que era necessário uma professora da comunidade falar sobre a questão do racismo pois ela sentiam medo de dizer e haver uma interpretação equivocada de que estavam comentando preconceito e racismo. Por isso a necessidade destes cursos tanto para estas professoras que não são da comunidade quanto para nós quilombolas.

### *Angela*

Naquela época a minha cidade que é Bias Fortes, sou da Colônia do Paiol, pelo que me lembro eu não fiz pré-escolar, pois na época não havia esta etapa de ensino, nem na cidade nem aqui na comunidade como tem hoje. A gente entrava diretamente no primeiro ano. E eu lembro que meu primeiro ano foi feito em Bias Fortes, o primeiro e o

segundo ano lá. Eu andava muito a pé, ia todos os dias a pé. Lembro da escola, que o Grupo feito de lata, feito de folhão de lata.

E lembro que era muito sofrido porque, eu até tinha um sapato, um sapatinho que eu conseguia ir com ele para escola, aquelas antigas congas. Mas tinha meus coleguinhas que não tinha sapato e iam descalços. E esta época da geada era muito sofrida, pois eles sofriam muito como o frio, porque eles não tinham nem uma conguinta pra calçar.

Aí passando esta parte teve o retorno para a Colônia. Aí já estava no terceiro ano. O primeiro e o segundo anos eu andei a pé que era em Bias Fortes e o terceiro e o quarto eu consegui concluí já na Escola Joaquim Ribeiro de Paula, da Colônia, dentro da comunidade.

Depois, seguidamente veio o ginásio, aí começamos a enfrentar as mesmas provas de novo porque tinha que andar a pé. Eu perdi muito tempo porque eu tirei escola cedo mas eu tive que parar porque eu não aguentava. Eu ia no máximo até o meio do ano e parava de estudar e tomava bomba por falta. No ano seguinte fazia a mesma coisa. Então assim, foi tudo muito difícil, não tinha carro.

Comecei depois novamente aos 16 anos, parei de novo. E depois eu consegui, quando eu comecei a estudar eu já estava com 18 anos aí eu concluí a oitava série. Mas assim com muito sacrifício, já na oitava eu usava o carro que meu pai tinha. Ele não me dava para ir todos os dias, era dia sim, dia não, porque não tinha como manter a gasolina ia eu e mais dois colegas. Agora, chegando no Ensino Médio já tinha transporte, mas era muito difícil, eu sofri muito, porque as dificuldades foram grandes, muito grandes.

Aos 24 anos eu tive que interromper os estudos porque eu engravidei da minha filha Rafaela. Então não tinha como eu continuar estudando, aí eu tive que parar. Esse é um dos pontos pelos quais eu parei de estudar. Mas quando eu comecei a trabalhar no Conselho Tutelar eu consegui fazer minha graduação.

Eu sofri preconceito, não só eu, mas a Zezé também, desde a faculdade até hoje. Porque na escola, eu lembro que, quando comecei a trabalhar lá no ginásio, na escola estadual, as pessoas não me olhavam direito. Chegou a uma professora a falar pra mim que eu não era capaz, que eu tinha que buscar ajuda porque eu não ia conseguir. Foi quando eu peguei o primeiro ano de Sala de Recursos. Ela falou pra mim na minha cara que eu não era capaz, que eu não ia conseguir sozinha, que eu ia ter que buscar ajuda ou entregar o trabalho. Mas graças a Deus não foi preciso. Aí, assim, foi aliviando, o primeiro foi assim, o segundo foi melhor, o terceiro as vezes passava cumprimentava, as vezes não

estava nem aí. Mas também teve a rejeição de pais, né? Teve uma mãe de aluno lá que quando eu estava trabalhando na sala de recursos ela não deixou a menina frequentar nem um dia. Eu trabalhei o ano inteiro e ela não deixou a menina ir. Eu me senti rejeitada porque no ano seguinte entrou outro professor na Sala de Recursos e ela deixou a menina participar o ano inteirinho, então foi onde eu notei preconceito também.

Assim que eu formei de pouco trabalhei também na Rede Municipal, na minha comunidade, na Colônia. Foi uma experiência boa, trabalhei com a turma do pré-escolar, Educação Infantil. Portanto, assim, não falando que eu não pego outra turma, mas se fosse pra eu escolher, queria, se um dia eu tiver esta oportunidade de escolha, eu escolheria trabalhar com a turma de Educação Infantil e com a turma especial, eu gosto muito. Eu não sei se é porque eu já trabalhei só com estas duas turmas. Porque assim, eu não cheguei a entrar nas outras, não tive a oportunidade. Porque eu fiquei três anos e já me tiraram. Por causa da política eu fui afastada, porque mudou de partido e eles me afastaram. Foi onde eu fui embora para a Cisipho.

A Colônia não tinha nem identidade foi através, primeiro, do Pe. Djalma e depois com o diálogo com a UFJF que a comunidade pode ser registrada como quilomobola. Ela foi incluída no mapeamento das Comunidades Quilombolas da Zona da Mata.

Muitas benfeitorias vieram para a comunidade e pessoalmente pra mim como dona de casa e mãe com as oficinas em especial com a “De mulher para mulher” onde as mulheres puderam se valorizar muitas que achavam que não eram capazes de fazer se sentiram felizes conseguindo realizar. E como professora também me acrescentou muito os cursos e palestras, acrescentaram muito na minha vida.

As meninas que abandonaram os estudos e voltaram depois, inclusive foi porque elas casaram muito novinhas, depois vieram os filhos e tiveram que cuidar daí as dificuldades. Na época certa elas não tiveram oportunidade de transporte igual eu tive e foram casando. Então assim, eu continuei na luta e elas pararam. E agora elas voltaram na EJA porque agora os filhos estão criados, todos grandes e então elas tiveram oportunidade. Os maridos ficam em casa, ou tinha irmãos mais velhos para tomar conta dos mais novos, então é por isso que retornaram agora. Pelas oportunidades que surgiram para elas agora, porque antes elas não tinham, como transporte e tudo mais. Pois preferiram casar ao invés de estudar, e graças a Deus muitas já estão até formadas, no Ensino Fundamental e no Médio.

## **Relato de experiência por uma educação quilombola: Marina**

Este item se dedica à minha vivência como professora de História na E.E “Cisipho Campos” única escola de Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos no município de Bias Fortes/MG de 3 mil habitantes, onde assumi meu cargo em setembro de 2016 e permaneci até julho de 2019. Convém destacar, entretanto que desde o ano de 2011 era de meu conhecimento que este município mineiro continha uma comunidade quilombola chamada “Colônia do Paiol” em virtude de uma visita técnica que fiz por intermédio da disciplina de Geografia Agrária ministrada pelo Prof. Leonardo Carneiro.

Portanto é preciso que se compreenda que entrei nesta escola estadual com expectativas de que, como ministraria aulas para quilombolas, seriam valorizados pela comunidade escolar do município, principalmente devido a sua relação próxima e duradoura com a Universidade e por se tratar de um patrimônio cultural local. Contudo fui recepcionada por um contexto de trabalho em que, inclusive, grande parte de meus alunos quilombolas possuíam dificuldades de autoafirmação de sua identidade enquanto tais. Certa feita isso foi endossado por uma inspetora que, em visita a nossa escola e tendo a oportunidade de conversa comigo chegou a mencionar “Mas eles nem sabem que são quilombolas não é mesmo? Pra eles não faz diferença.”

Começo este item desta maneira para que desde o princípio haja a compreensão de dois níveis de formação e atuação profissional. Primeiro quanto a mim que mesmo cursando disciplina incluindo um trabalho de campo na comunidade não tinha a dimensão da vulnerabilidade social envolvida no reconhecimento da Colônia do Paiol enquanto comunidade quilombola. Segundo quanto a inspetora que mesmo em alto grau de competência de gestão e fiscalização pública também não reconhecia o quilombo.

Contudo à época desta conversa entre mim e a inspetora eu havia iniciado o curso de capacitação “Diálogos entre Escola e Saberes Tradicionais” para professores da rede municipal e estadual oferecido pela UFJF como projeto de extensão coordenado pelo mesmo Prof. Leonardo Carneiro esta formação continuada permitiu que eu construísse argumentos quanto a colocação da inspeção parafraseando um dos autores estudados no curso, que explana por uma análise comparativa que diferentemente de outros países americanos sob regime de trabalho escravo, o Brasil não houve tratados de paz assinados entre quilombolas e o poder central

Daí que a resistência negra dos descendentes de quilombos brasileiros deveu dar-se através do heróico, porque voluntariamente desumano, recurso da invisibilidade. Enquanto os índios, ainda que injustiçados alcançam uma visibilidade no imaginário social, relativamente alta em termos de sua pequena presença demográfica atual, as comunidades negras, igualmente submetidas a injustiças tiveram que se tornar invisíveis, simbólica e socialmente, para sobreviver. (CARVALHO, 1995, p. 46)

Assim a expliquei a inspetora que a identificação de territórios e comunidades quilombolas estão acontecendo contemporaneamente pois o segredo de suas existências no passado era uma estratégia de sobrevivência. Portanto a invisibilidade de hoje é o que as manteve vivas e que é necessário trazer isso à tona por uma questão de reparação histórica e justiça social.

Confirmando, portanto, a pertinência e necessidade do amparo das instituições públicas de ensino superior na formação, pesquisa e, principalmente extensão pois em toda a minha trajetória de formação – que passou pela licenciatura em História, bacharelado em humanidades, bacharelado e mestrado em ciências sociais como especialista em gênero e sexualidade – embora eu estivesse habilitada para lecionar, seria uma experiência outra vivenciar na prática o magistério e os enfrentamentos que nos são demandados cotidianamente num ambiente escolar.

Pois tanto nos meus princípios éticos e compromissos como educadora formada em humanidades quanto no início de minha carreira no magistério estadual mineiro em 2016 senti-me solitária, sem validação e com pouco amparo para minhas ações pedagógicas quando arrisquei-me, ainda insegura, a utilizar de estratégias de resistência criativa e inserir a tematização da questão racial em toda brecha que eu encontrava na programação do calendário escolar e no conteúdo de minha disciplina. Porém as ações e o compromisso social da UFJF com a comunidade quilombola foi apoio essencial para validar as ações pedagógicas que consegui realizar. Em minha permanência na E. E Cisipho Campos, entre 2016 e 2019, vou compartilhar ações pedagógicas que endossam o que digo.

Depois de seis meses trabalhando nesta escola tomei conhecimento de que a Superintendência Regional de Ensino de Barbacena (SER-Barbacena) instituía esta unidade de ensino como Escola do Campo, em telefonema para o referido órgão a justificativa para esta categorização era por que a maioria dos alunos era de origem campesina. Pois, além dos alunos quilombolas eram atendidos também alunos e alunas

das comunidades rurais que compõem o município. Mas não existia nenhuma orientação no Projeto Político Pedagógico ou curricular específica nem para Educação do Campo, muito menos pra Educação Quilombola que ficava em segundo plano, mesmo que os alunos quilombolas chegassem a compor quase metade do número de alunos da escola.

Curiosamente, ainda em 2016, por conta do 20 de novembro – dia da “Consciência Negra” – houve a iniciativa da escola de realizar uma ação pedagógica, tratava-se de uma revista, cujo tema seria a “Comunidade Quilombola Colônia do Paiol”. Planejada para ser lançada na Semana da Educação para Vida, evento da programação da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Lembro-me de dois momentos da discussão do projeto, o primeiro foi durante a confecção da revista em que uma das professoras tinha receio de que alunas “da cidade” e “brancas” fossem à Comunidade pois poderiam sofrer “racismo reverso” e outro foi durante as apresentações da semana em que uma outra professora endossou o que não existe consciência negra, e sim “consciência humana”. Aliás a semana de educação para vida tornou-se um recurso para debater amplamente, ao menos uma vez ao ano, a questão quilombola com os alunos.

Em 2017 ainda estava em andamento o projeto de extensão do Prof. Leonardo Carneiro junto à comunidade e estava sendo organizada uma ação pedagógica para acontecer na escola. Pude fazer repasses sobre como estava a situação e foi montado um curso de capacitação “Diálogos entre Escola e Saberes Tradicionais” para professores da rede municipal e estadual. Além do conteúdo formal tivemos oficinas de cantiga de roda com uma das lideranças do Paiol a Maria José Franco (a Zezé que nos deu seu relato mais acima) oficina de maculelê.

Assim embasava-me em uma cronologia que se inicia com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica de 2004, depois o diagnóstico da Educação Quilombola em Minas Gerais elaborado por Shirley Aparecida de Miranda em 2012 e por fim as Diretrizes para a organização da Educação Quilombola do Estado ne Minas Gerais de 2017 para compreender os avanços na implementação do que Miranda (2012) compreende ser a Educação Quilombola: uma política da diversidade.

Portanto salientava no meu trabalho a pertinência do trabalho conjunto com a equipe escolar, e esses documentos me dava subsídio legal para cobrar do Estado e da nossa escola uma postura antirracista e a implementação das diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

E, principalmente em contexto de proximidade de território quilombola assegurar e respaldar a participação da comunidade remanescente na elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos planos de aula.

Além disso, o documento de 2017, que estabeleceu as Diretrizes para a Educação Quilombola do Estado de Minas Gerais, reconheceu em seu artigo 1º o que Miranda (2012) discutiu o que muito atrapalha o reconhecimento das comunidades quilombolas para além da ideia de vulnerabilidade – que, inclusive, a faz ser confundida e não reconhecida enquanto tal – são as dificuldades de compreensão da complexidade cultural de sua constituição. E para superar estas dificuldades é necessário como pontua a autora, questionar a homogeneidade da totalidade do que se compreende como comunidade quilombola e suplantar dicotomias como “nós e eles” para investirmos nas especificidades da diversidade da educação quilombola. E mais, os dois documentos dialogam quanto a defender a autonomia destas comunidades quilombolas em elaborar os seus Projetos Políticos Pedagógicos e reconhecem a necessidade de um processo diferenciado para a composição de um quadro de pessoal destas escolas.

Assim, devido às problematizações do curso a Semana de Educação para Vida de 2017 houve uma abertura maior e propus convidar pesquisadores que estavam envolvidos com o Quilombo do Paiol para realizarem uma intervenção pedagógica junto aos alunos. Houve assim uma oficina de transição capilar com Daniela Ferreira, mestranda de Ciências Sociais pela UFJF, palestras em três turnos com tematizando as relações étnico-raciais com Carolina Cerqueira que trouxe cartazes com ilustrações falas e pensamentos de mulheres negras, Tálisson Melo parceiro em projetos com Cerqueira sobre a diáspora africana e Carolina Bezerra professora do Colégio de Aplicação João XXIII que propiciou uma narrativa de sua atuação no magistério e ofereceu seu exemplo de espelho e representatividade para nossas alunas e alunos.

No ano de 2018 a escola organizou uma gincana e foi solicitado que os professores propusessem atividades, contribuí com uma peça de teatro antirracista, a ajudei uma aluno quilombola a escolher um poema e ensaiá-lo para a declamação e sugeri uma prova em que todas as equipes apresentassem a dança do maculelê para dar vantagens às alunas e alunos quilombolas. E esta dança aconteceu, porém houve preconceito de uma de nossas alunas referindo-se às colegas quilombolas como “macumbeiras”, eu intervi explicando o que significava macumba para a aluna que havia sido preconceituosa ela pediu desculpas e a situação foi contornada.

No mesmo ano de 2018, em maio, iniciou-se um projeto de extensão vinculado à UFJF da escola municipal de Pré-escola e Ensino Fundamental Anos iniciais dentro da Colônia do Paiol tendo como coordenadora a Prof<sup>ª</sup>. Carolina Bezerra com outros pesquisadores membros como Guilherme Goretti e Bárbara Fernandes que também possuíam uma relação duradoura de pesquisa no quilombo de Bias Fortes e intermediada pelo Prof. Leonardo Carneiro. O projeto denominado “O ensinar e o aprender em comunidades negras: implantação da Educação Escolar Quilombola em Colônia do Paiol (Bias Fortes)” ainda em andamento como a Zezé mencionou tem como objetivo atender à demanda do Quilombo do Paiol pela transformação daquela instituição de ensino em uma Escola Quilombola. Tive a oportunidade de colaborar compondo a equipe do projeto como voluntária.

Lembrei-me da peça de teatro da gincana em que a narrativa parte do período da escravidão, passa a alforria, o aprendizado pela ancestralidade e a ascensão aos estudos da mesma forma como a educação foi lida por Martins e Fraga (2017) por meio da paráfrase à Nancy Fraser a educação para as populações que se beneficiam das modalidades diferenciadas de ensino são duplamente políticas de reconhecimento e redistribuição.

### **Relato de Experiência com a Modalidade de Ensino EJA: Fernanda**

A modalidade ensino, Educação de Jovens e Adultos tem como principal objetivo, segundo Brasil (2013) a tentativa de romper com o ciclo do ensino regular para crianças e adolescentes, buscando auxiliar o caminho individualizado e prevendo uma nova adequação da grade curricular, mediante apoio individual e com atividades diversificadas e dinâmicas.

Kern (2013) apresenta uma grande contribuição para o desenvolvimento de uma reflexão, onde podemos considerar determinadas especificidades da EJA. De uma forma melhor contextualizando, afirma da seguinte maneira:

1. A EJA é uma modalidade com significativos limites para preparar para o Vestibular. Nesse sentido, a autora declara que, ainda que essa modalidade favoreça um conhecimento que incentive esses educandos a fazê-lo e oriente caminhos para continuar estudando, a EJA não se propõe a esse alcance;
2. A EJA não é uma modalidade de ensino regular;

3. A EJA é um espaço de reparação de aprendizagens essenciais aos educandos/as, diretamente ligadas com suas vidas, especialmente a dimensão do trabalho. Considerando esse feito, pensar o ensino de sociologia a partir desse mote é refletir sobre o que é essencial para os estudantes da EJA no ensino de sociologia. Uma questão complexa, mas necessária para refletir.

Após o debate referente à modalidade de ensino, venho a recordar o momento em que ingressei no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Juiz de Fora, em momento algum, ocorreu à ideia de realizar a licenciatura, e ter foco de estudo o campo da Educação. Porém, por influência de amigos, iniciei os estudos da área de licenciatura na Faculdade de Educação, e cada disciplina foi desenvolvida um carinho sobre a educação e tudo que a envolve. Como é solicitado pelo curso de licenciatura em sociologia, é necessária a realização de estagio supervisionado, visando aplicação da teoria em campo, e como método de experiência com o ambiente escolar.

O estagio solicitado, foi realizado na Escola Estadual Francisco Bernardino, localizado no bairro Manoel Honório, na cidade de Juiz de Fora/MG. Atuando em três turmas (1º, 2º e 3º ano) de modalidade de ensino de jovens e adultos – EJA, no turno da noite, no segundo semestre de 2018, tendo a turma formada por jovens acima de 20 anos, com predominância de mulheres em cada sala de aula em que participei. Neste momento de atuação no campo da educação, varias questões foram nascendo e o gosto por essa área foi nascendo, e então o interesse foi crescendo e cada semestre, o aprofundamento nas disciplinas no campo da Educação foram crescendo.

Neste momento, presente em sala de aula, onde a cada situação vivida e a queda tema de levado para o ambiente escolar, uma nova reflexão era gerada e novas ideias iam florescendo não somente por minha parte, mas também por parte dos alunos. Em muitos momentos, principalmente pelas alunas, o seu interesse não era somente pela conclusão do ensino, visando um emprego no mercado de trabalho, mas também em busca de um crescimento pessoal como pessoa, tendo pensamentos mais críticos e uma postura mais independente das questões sociais e seus conflitos diários. Neste ambiente de ensino, é notável, como os alunos são carentes de atenção básica e de valorização no ambiente escolar, pois EJA não é somente para alunos que não puderam ou não tiveram oportunidade de ensino, mas também para aqueles que não se enquadram ou não apresentam “disciplina” para o ensino regular.

É possível notar que, neste ambiente, não é somente a questão do ensino em sociologia que engloba a modalidade de ensino de jovens e adultos, é uma questão que vai muito além, que envolve a inclusão e a valorização deste aluno no ambiente de nossa formação profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário frisar que, “modalidade de ensino”, não é um tópico somente no ensino em Sociologia, segundo Martins e Fraga (2020) todas as disciplinas do campo da licenciatura/educação, onde se busca a importância de compreender como as diversidades educacionais e de localidade, podem influenciar nos rendimentos, processos de aprendizagens e na didática apresentada aos alunos. Devido à aplicabilidade abrangente e dinâmica do ensino de sociologia, que ganha uma grandeza ainda maior na reflexão sobre as condições socioculturais, como por exemplo, dos grupos de maior vulnerabilidade ou em condições de trabalhos críticas, contendo uma forma estruturada de apoio para a “formação de cidadania”, “pensamento independente” e de “sujeitos críticos” numa tentativa de “conscientização”, em uma busca de se orientar para uma formação de proposta que aguce e desenvolva a capacidade dos alunos de problematizarem os fenômenos e as questões sociais. O desenvolvimento desse processo de formação não somente se orienta numa perspectiva voltada para o mercado de trabalho, mas também, para a sua experiência na sociedade (ROCHA, 2012).

Assim, conforme demonstrado estes relatos revelam enfrentamentos e dificuldades não apenas experiências exitosas. Portanto estamos a demonstrar que ainda há muito em que se avançar. Como por exemplo na necessidade de constantemente buscar respaldos na legislação e normativas para fundamentar nossa resistência criativa.

Como também promover alternativas ao neoliberalismo e suas interferências nas estruturas dos cursos e currículos tanto de nível básico quanto superior. Em especial no Ensino Médio estamos recebendo materiais didáticos prontos de institutos privados para gerenciar o protagonismo juvenil segundo a ideologia da meritocracia. E como foi discutido com a Prof<sup>a</sup>. Rogéria Martins em aula é preciso nos apropriar dos componentes curriculares do Ensino Médio de Tempo integral como o “Projeto de Vida” e inserir reflexões e conceitos próprios das ciências sociais.

O chamado “projeto de profissionalização” (PARSONS, apud BARBOSA, 1993, p. 3) é visto como projeto de implementação dos princípios específicos de organização e divisão do mundo social. Para Parsons, as “profissões são sistemas de solidariedade cuja identidade se baseia na competência técnica dos seus membros, adquirida nas instituições educacionais e científicas” (PARSONS, apud BARBOSA, 1993, p. 4). Logo, a docência é um organismo vivo e auxiliador mediante as adversidades encontradas em todo o processo de formação e atuação.

A ameaça que a ideologia neoliberal representa também para as instituições públicas de ensino superior são graves tendo em vista que por meio dos relatos apresentados foi possível perceber os impactos de uma ação interventiva estrutural para a redistribuição e reconhecimento de populações que operam tradicionalmente em contraste com a lógica da meritocracia e oferecem, inclusive, alternativas para estilo de vida predatório que tal lógica constitui.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, mediante Resolução N°8/2012, a modalidade de educação escolar quilombola deve ser contemplada e trabalhada em territórios quilombolas, nas devidas localidades educacionais, respeitando a cultura dos seus moradores e a estrutura social. Buscando prover desenvolvimento e uma política educacional baseada na inclusão e acolhimento deste grupo, abarcando as especificidades deste grupo escolar

Neste sentido, inclusive, perdemos na pertinência de abrir os espaços de formação universitária para a presença de comunidades tradicionais, aqui em especial as quilombolas. Não só para a escuta de suas demandas mas também para o compartilhamento de seus saberes ancestrais, para que inspirem também o melhor sentido de protagonismo juvenil dentre as novas gerações de quilombolas pela defesa de seu modo de vida contra: a negligência do Estado, aos interesses políticos clientelistas, ao tráfico de drogas e à dependência química.

Portanto o papel que o ensino básico de sociologia desempenha pode se tornar ainda mais efetivo se for pensado desde a formação acadêmica nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão universitárias de forma interdisciplinar para todas as áreas de conhecimento que envolvam licenciaturas dada a situação vulnerável em que as comunidades e grupamentos quilombolas se encontram.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, Normas e Números: uma introdução a educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, V. 12, nº 23, jan/abr de 2017.

BARBOSA, M. L. de O. Sociologia das profissões – em torno da legitimidade de um objeto. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, Rio de Janeiro, nº 36, 1993.

BRASIL. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

CARVALHO, José Jorge de. **O quilombo do Rio das Rãs: história, tradição e lutas**. Salvador: EDUFBA, 1995.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**. nº 70, 2007, p. 101-108. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 23/03/2021.

KERN, E.B. **Plano de estudo: EJA. Porto Alegre**, 2013. Disponível em: <http://sociologiaemteste.blogspot.com.br/2013/01/plano-de-estudo-eja.html>. Acesso em: 20/03/2021.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo. Modalidades diferenciadas de ensino e ensino de sociologia: uma questão de reconhecimento ou redistribuição?. **Ciências Sociais Unisinos** V. 51, nº 3, p. 268-278, set/dez 2015.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo. Verbete: O ensino de sociologia e as modalidades diferenciadas de ensino. In: Antônio Carlos Brunetta; Cristiano Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales. (Org.). **Dicionário de Ensino de Sociologia**. 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, V. 1, p. 237-241, 2020.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, V. 17, nº 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27523620007>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PAIVA, V. Anos 90: as novas tarefas da educação de adultos na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, P. 29-38, 1994.

ROCHA, F.V. Sociologia na Educação de Jovens e Adultos. In: **Anais Seminário de Ciências Sociais X**, Maringá, P. 1-25, 2012.